



IX

Encontro da Sociedade
Brasileira de Economia
Ecológica

Brasília, 4 a 8 de Outubro de 2011

Políticas Públicas e a Perspectiva da Economia Ecológica

IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Outubro de 2011
Brasília - DF - Brasil

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO DIÁLOGO ENTRE O RURAL E O URBANOS NO ENTORNO DO
PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS

Gabriel de Mendonça Domingues (Universidade Federal de Juiz de Fora) - gabrieldominguea@gmail.com
Mestrado em Ecologia e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Desenvolve sua linha de pesquisa em educação ambiental aplicada ao desenvolvimento comunitário. Desenvolveu diversos trabalhos técnicos e de pesquisa voltados para o des

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO DIÁLOGO ENTRE O RURAL E O URBANO NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS, TERESÓPOLIS-RJ

Eixo Temático F: Temas conceituais: relações entre economia ecológica, sociedade, natureza, conhecimento, poder, instituições e direito.

• Ecologia social, conflitos socioambientais e sociopolíticos, ética e normas sociais

Resumo

A pesquisa foi realizada no município de Teresópolis-RJ, junto às comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, situadas no entorno do Parque Estadual dos Três Picos - PETP, maior unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro – Inea/RJ. O objetivo principal foi analisar, sob a perspectiva dos diferentes atores locais, as transformações socioculturais e espaciais que ocorrem na localidade a partir da chegada dos moradores de origem urbana, confrontando as diferentes visões de mundo e explicitando os desafios colocados ao trabalho de educação ambiental junto a essas comunidades. O estudo das interações entre as pessoas de origem rural e urbana deixa clara a importância da educação ambiental, operada pela via dialógica, para a superação das diferenças e para a viabilização de um modelo de desenvolvimento local que atenda às necessidades da população local e aos objetivos de conservação dos recursos naturais propostos pelo PETP. Para a realização da pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa e utilizados métodos da observação participante, entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, buscando ressaltar nos depoimentos dos diferentes moradores suas percepções acerca das transformações no espaço rural observadas nas últimas décadas, bem como do papel das instituições locais na promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades estudadas.

Palavras-chave: relações entre o rural e o urbano, transformações socioespaciais, educação ambiental, desenvolvimento local, Parque Estadual dos Três Picos.

Abstract

This work was made in Teresópolis, Rio de Janeiro State, in the communities of Canoas, Prata dos Aredes and Varginha, on the nearside of the Parque Estadual dos Três Picos - PETP (Three Peaks State Park). The research's objective was to analyse, by the perspective of the different local players, the sociocultural and space transformations occurred with the arrival of urban people at the local, confronting the different world views and setting out the challenges of a work with environmental education on these communities. The study of interactions between rural and urban people emphasizes the importance of the environmental education to improve the dialogue between the different local actors, aiming at to overcome the conflicts and to implement a model of local development which considers the necessities of local people and the realization of the PETP's goals of conservation of natural resources. A qualitative perspective was adopted in this

research. Participant observation, non structured and semi-structured interviews were the tools used in order to emphasize the different perceptions of the space transformations on the last decades, and of the role of the local institutions in the promotion of the socio-environmental development of the communities studied.

Keywords: rural and urban relationships, space transformations, environmental education, local development, Three Peaks State Park.

Introdução

O crescimento acelerado dos grandes centros urbanos, associado ao crescimento do movimento ambientalista nas últimas décadas, vem impulsionando a migração de um número cada vez maior de pessoas de origem urbana a espaços rurais de significativo valor natural e paisagístico. Questionando a qualidade de vida e o modelo desenfreado de consumo dos recursos naturais observados nos grandes centros urbanos, eles buscam reinventar a sua relação com a natureza e disseminar idéias ambientalistas que tenham em vista uma nova maneira de o ser humano pensar a sua relação com a natureza. Entretanto observa-se que as propostas socioambientalistas, apresentadas sob a perspectiva dos moradores de origem urbana ou de atores externos à localidade, chocam-se, muitas vezes, com a visão de mundo, os hábitos tradicionais e os valores culturais, próprios dos moradores de origem rural, gerando desconfiança e resistência às propostas trazidas pelos forasteiros.

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar, a partir da percepção de diferentes moradores, as transformações socioculturais e espaciais que ocorrem nas localidades rurais a partir da chegada dos moradores de origem urbana, explicitando os conflitos e as contradições advindos das relações entre o rural e o urbano e os desafios que se colocam ao trabalho de educação ambiental nesse contexto.

As comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha, no município de Teresópolis-RJ, mostraram-se relevantes e de especial interesse para a realização do presente estudo, pois além de se observar na localidade uma complexa interação entre o rural e o urbano e entre atores de diferentes origens, essas comunidades estão situadas no entorno imediato do Parque Estadual dos Três Picos- PETP, em uma área considerada estratégica para a consolidação de uma

política participativa de gestão da unidade de conservação, o que torna-se fundamental para a consolidação da Zona de Amortecimento do parque e para a inclusão social das comunidades presentes no entorno da uc.

Metodologia

Os dados específicos das três comunidades estudadas constituem-se, na sua quase totalidade, de dados primários obtidos a partir dos relatos dos moradores, tendo em vista a escassez de dados da localidade disponíveis em publicações, documentos, ou outras fontes de dados secundários.

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2009 e 2010, e contou com duas fases distintas. No primeiro ano, o trabalho foi realizado em contato constante com os moradores, onde foi adotada principalmente a metodologia da observação participante, buscando-se, a partir da convivência e da participação direta nas atividades realizadas, uma compreensão maior acerca das questões que emergem naturalmente no cotidiano da comunidade. Durante essa etapa da pesquisa foram identificados os informantes-chave, com os quais foram agendadas posteriormente entrevistas semi-estruturadas.

Durante a realização das entrevistas semi-estruturadas buscou-se abordar os temas identificados durante a fase da observação participante. As entrevistas foram gravadas, utilizando um gravador digital, obtendo-se uma média de 80 minutos de gravação por cada entrevista, que foram posteriormente transcritos na íntegra.

O material coletado possibilitou a confrontação (através dos depoimentos de moradores, jovens e adultos, de origem urbana e rural) de diferentes percepções acerca das mudanças ocorridas na localidade nas últimas décadas, explicitando os limites e os desafios colocados ao trabalho das diferentes instituições que buscam desenvolver no local projetos socioambientais e trabalhos voltados à prática da educação ambiental.

Este artigo é parte dos resultados obtidos com a pesquisa de mestrado intitulada “A educação ambiental em meio às relações entre o rural e o urbano no entorno do Parque Estadual dos Três Picos, Teresópolis-RJ”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada à Conservação e Manejo

dos Recursos Naturais – PGECOL, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Resultados

A Emergência do Movimento Ambientalista e a Emigração Urbana

A década de 1970 é marcada pelo crescimento dos movimentos ambientalistas e das propostas de vida em “comunidades alternativas” onde seria possível construir uma vida “mais próxima à natureza”, menos voltada para o consumismo e o individualismo, e mais voltada para as trocas solidárias e os valores comunitários.

O homem, voltando seu olhar para o passado e refletindo sobre diferentes marcos caóticos deixados em sua passagem ao longo do tempo, como a guerra, a depredação do meio ambiente, a fome e a miséria generalizada, volta agora a se questionar sobre a vida comunitária e o espírito de solidariedade que nela se afigura, percebendo o quanto ela pode oferecer saídas para as diferentes crises por ele provocadas, inclusive as mais graves, como é o caso da crise de valores (CARVALHO, 2002, p.78) .

O movimento ambientalista emerge a partir de um anseio surgido no espaço urbano pela melhoria da qualidade de vida ameaçada pela degradação ambiental imposta pelo modelo de crescimento desordenado da sociedade urbano-industrial (MOSCOVICI, 2007).

Movido por essa busca de reinventar a relação da sociedade com a natureza, uma parcela significativa do movimento ambientalista se volta para os espaços rurais procurando concretizar neles as transformações almejadas. A natureza passa a ser idealizada como o bem mais precioso do ser humano, e que deve ser preservado a todo custo, já que nas grandes cidades ele já foi praticamente extinto. Um movimento que se aproxima do bucolismo romântico que prevaleceu no mundo ocidental entre os séculos XVIII e XIX, como uma reação aos problemas surgidos com o crescimento dos centros urbanos em meio à revolução industrial, despertando, em um número cada vez maior de pessoas, uma certa ânsia por reviver o mito do paraíso perdido (DIEGUES, 2002).

No Brasil, essa valorização constante dos espaços naturais e de forte apelo paisagístico impulsionou, nas últimas, décadas a criação de diversas unidades de conservação no país e o deslocamento crescente da classe média urbana a ambientes naturais, provocando em diversas localidades, mudanças profundas no mundo rural. Até a década de 1960 haviam sido criadas apenas seis unidades de conservação no Brasil. Entre as décadas de 1960 e 1990 foram criadas 78 unidades de conservação, 58 delas apenas na década de 1980 (DIEGUES, 2002).

Sob a perspectiva da população local, contudo, a criação de uma unidade de conservação se coloca como um dos vetores de força externa que converge sobre a localidade e entra em disputa pelo território. Nesse caso, buscando fazer valer as restrições de uso e ocupação de solo, previstas na legislação ambiental. A população rural então, que outrora habitava a região, assiste estupefata a dominação do seu território, de um lado pelas forças do mercado imobiliário, que modelam o espaço para atender a demanda crescente dos moradores urbanos, que anseiam pela vida “junto da natureza”; e de outro, pelas políticas ambientais que, numa tentativa desesperada de salvaguardar os últimos fragmentos florestais existentes, definem áreas legalmente protegidas, na maior parte dos casos impedindo o uso direto do solo no seu interior, e impondo uma série de restrições à ocupação do seu entorno.

[...] as questões ambientais produzem uma espécie de requalificação do território por suas funções ecológicas, e também uma requalificação do local como lugar de intervenção ou gestão do meio ambiente. O espaço qualificado ecologicamente se transforma em um lugar onde se instala um enfrentamento entre os usos locais que podem estar ligados à tradição da cultura ou mesmo interesses econômicos, e os interesses exógenos, universais ou globais (FERREIRA in SECRETO, CARNEIRO e BRUNO (Orgs.), 2008, p.84).

A contradição se dá quando o próprio movimento inaugurado pelos forasteiros urbanos de “retorno ao natural” submete o território à lógica do mercado imobiliário, que rapidamente inicia um processo de colonização, o qual (se não for enfrentado pela população local) promove uma transformação radical na mesma paisagem bucólica e natural perseguida originalmente pelos moradores de origem urbana.

O papel da educação ambiental, tomada sob uma perspectiva crítica, se insere no meio desse campo de forças, buscando, pela via dialógica, desvendar as ideologias e intencionalidades subjacentes aos grupos dominantes que atuam na localidade e que buscam se apropriar do território para satisfazer os seus interesses, sejam eles econômicos ou ecológicos. É essa percepção crítica da realidade que torna os sujeitos capacitados à ação transformadora da sua realidade, em prol de um equilíbrio maior nas relações sociais e ambientais:

Sendo essencialmente uma ação política, a educação ambiental é um processo de apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos que implicam em construir, eivado de participação, um processo de construção pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem (TOZONI-REIS, 2007, p.134).

Diante dessa problemática colocada, apresentamos a seguir uma análise dessas relações estabelecidas entre o rural e o urbano em três comunidades da região serrana do Rio de Janeiro, situadas no entorno do Parque Estadual dos Três Picos.

As comunidades estudadas: contextualização geográfica

As comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha, fazem parte do distrito-sede do município de Teresópolis-RJ, e estão distantes cerca de 20 quilômetros do centro da cidade, fazendo parte dos bairros de Albuquerque, por um lado, e de Vargem Grande. De acordo com levantamento feito por instituições locais, existem atualmente cerca de 1500 moradores vivendo nas três comunidades estudadas.

A partir do centro da cidade de Teresópolis, o acesso à localidade se dá pela BR-116 que corta o município e se encontra com a RJ 130 (estrada Teresópolis - Friburgo) que contorna a feição norte do Parque Estadual dos Três Picos – PETP e forma o circuito turístico Terê-Fri. Este circuito apresenta inúmeros atrativos naturais e culturais ao longo de seus 68 quilômetros de extensão.

Ao longo de todo percurso observa-se também o desenvolvimento intenso da atividade agrícola cuja produção abastece grande parte da região metropolitana do Rio de Janeiro. O manejo agrícola adotado na região segue o modelo de

agricultura convencional, apontado por Gliessman (2001) como sendo responsável pela exploração excessiva dos recursos agrícolas, resultando na degradação do solo, desperdício de água, poluição do ambiente, dependência de insumos externos e perda da diversidade genética.

Próximo ao quilômetro 7 da Estrada Teresópolis-Friburgo encontra-se o bairro de Albuquerque, primeiro dos diversos núcleos urbanos encontrados ao longo da estrada. Em Albuquerque, a RJ 130 cruza com a Estrada Isaías Vidal, que percorre as comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha. Cada uma estando distante cerca de 10 quilômetros do bairro de Albuquerque.

A área onde estão localizadas as comunidades estudadas, está entre as quatro Áreas Estratégicas Externas, apontadas no Plano de Manejo do Parque Estadual do Três Picos - PETP (INEA, 2009) como áreas relevantes para o manejo e alcance dos objetivos de criação do parque, “com identidade fundamentada em condições ecológicas peculiares e/ou vocação para atividades específicas”. No caso, essas atividades se relacionam ao ecoturismo, à agroecologia e às atividades de educação ambiental (INEA, 2009, p.47). Destaca-se também a localização estratégica da localidade, que possui ligação por trilhas para os bairros do Meudon (onde existe uma guarita do PETP) e para a região de baixada, entre os municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu.

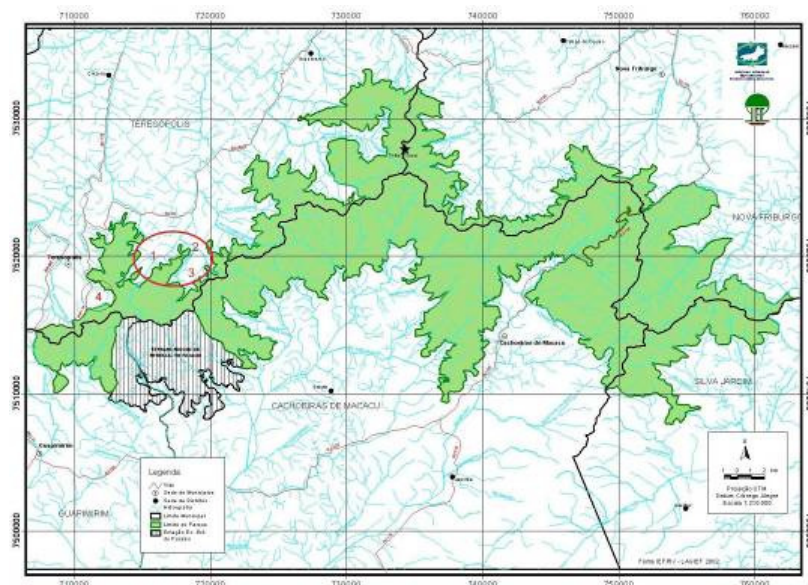


Figura 1. As comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha, estão indicadas respectivamente pelos números 1,2 e 3 dentro do círculo vermelho desenhado na porção oeste do perímetro do PETP. O número 4 indica a localização do bairro do Meudon, às margens da BR-116. Fonte: Inea, 2009.

O PETP foi criado em 2002, possuindo 46.600 hectares, formando um contínuo florestal com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e com a Estação Ecológica do Paraíso. Sendo a maior unidade de conservação do estado do Rio de Janeiro, o PETP perpassa os municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Silva Jardim, na baixada, e Teresópolis e Nova Friburgo na Região Serrana. Através do decreto número 41.990 de 12 de agosto de 2009, foram acrescentados ao parque 12.440,90 hectares, que passou a ter uma área de quase 60.000 hectares.

O decreto estadual nº31.343 de 05 de junho de 2002, de criação do PETP, apresenta em seu artigo 2º os objetivos almejados com a criação do parque: I. assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica da porção fluminense da Serra do Mar, bem como recuperar as áreas degradadas ali existentes; II. preservar espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção ou insuficientemente conhecidas da fauna e da flora nativas; III. integrar o corredor ecológico central da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro; IV. assegurar a manutenção das nascentes e dos corpos hídricos que abastecem as cidades circunvizinhas; V. estimular as atividades de recreação, educação ambiental e pesquisa científica, quando compatíveis com os demais objetivos do Parque.

De acordo com o Plano de Manejo do PETP, o trabalho junto às comunidades do entorno torna-se prioritário para que os objetivos almejados com a criação do parque sejam alcançados. Dentre as medidas coercitivas indicadas no plano de manejo, observa-se uma preocupação central com as ocupações irregulares, atividades ilegais como caça, desmatamento e atividades extrativistas, e a expansão urbana na direção do parque. Entre as propostas indicadas de uso de solo, é comum o estímulo ao desenvolvimento de atividades voltadas para o ecoturismo, turismo rural e agricultura ecológica, conciliadas com planos setoriais de uso e ocupação do solo que tenham em vista a consolidação da Zona de Amortecimento do parque (INEA, 2009).

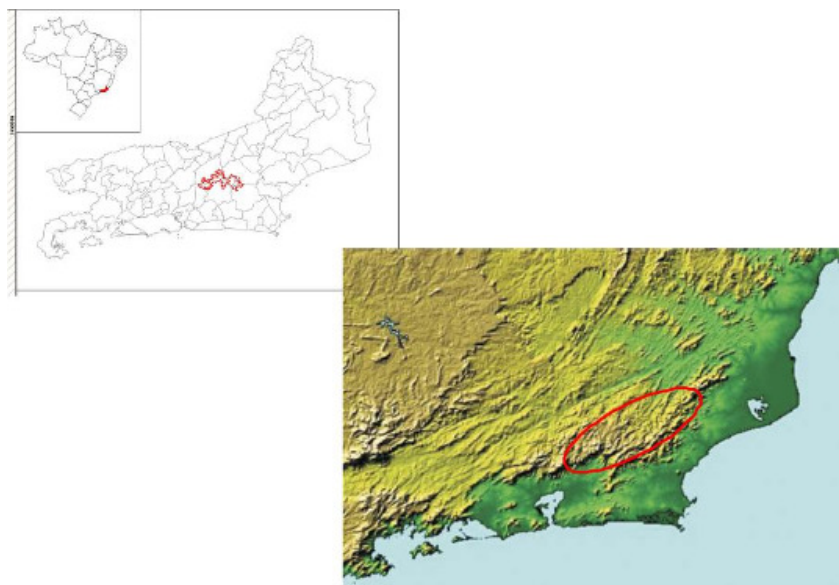


Figura 1: A localização do PETP no contexto da Serra do Mar, no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Inea, 2008.

Do rural ao urbano: transformações socioespaciais ao longo das últimas décadas

Observa-se tradicionalmente na localidade o desenvolvimento de atividades voltadas para a produção de hortaliças, para lavoura de milho, feijão, inhame, aipim e banana e para a agricultura de subsistência realizada pelas famílias rurais, que se empregaram nas antigas fazendas e passaram a ocupar porções de terra cedidas pelos fazendeiros. *Antigamente era mais as pessoas tiravam o seu sustento da terra e não usavam essas drogas que existem hoje, era esterco de boi, de cavalo de galinha, orgânico né?*- afirma uma moradora antiga da região. Era comum também o sistema de meia, no qual o fazendeiro cedia moradia e terra e o colono entrava com a força de trabalho, sendo a produção dividida entre as duas partes. Era também recorrente a atividade pecuária, que ainda hoje se faz presente na localidade.

Pela precariedade do acesso à cidade, a maior parte dos moradores era obrigada a buscar os seus meios de subsistência na própria localidade. Historicamente, o principal acesso à cidade de Teresópolis, principalmente para os moradores da comunidade de Prata dos Aredes, se dava pela estrada que passa pela floresta do Jacarandá, terminando no bairro do Meudon, situado à margem da BR-116 (fig.04). Esse trajeto era vencido a pé ou de bicicleta. A caminhada até o

centro da cidade durava um pouco mais de uma hora. Até o ano de 1976, havia um ônibus que passava três vezes por semana na localidade e levava os moradores ao centro da cidade, utilizando a via que passa pela estrada Teresópolis-Friburgo.

A partir do final da década de 1970, as comunidades de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha, passam a ser atendidas diariamente por uma linha de ônibus da prefeitura que disponibiliza três horários passando no local, às seis da manhã, à uma hora da tarde e às sete da noite. Essa mudança permitiu com que muitos moradores passassem a assumir compromissos de trabalho na cidade, realizando um movimento pendular diário, saindo de manhã cedo e retornando à noite. Amplia-se assim cada vez mais a dependência local em relação ao centro urbano, em detrimento das atividades realizadas tradicionalmente pelos moradores de origem rural.

Soma-se a isso o parcelamento cada vez maior das terras, o aumento das opções de trabalho na área da construção civil e a disponibilidade de emprego trazida pelos empreendedores forasteiros, para vermos o declínio cada vez maior das atividades rurais, voltadas para a produção de insumos agrícolas e a agricultura de subsistência. Por outro lado os pequenos e médios produtores, pressionados por um mercado cada vez mais competitivo e sazonal (como é o mercado das hortaliças), passam a vender suas terras por preços abaixo do mercado, em busca de novas oportunidades na cidade de Teresópolis ou mesmo no Rio de Janeiro. Conforme observa-se na região, o resultado desse movimento é a ocupação crescente do território por pousadas, hotéis, casas de veraneio e condomínios de luxo, todos voltados a satisfazer a ânsia dos moradores da metrópole, pelo clima ameno da serra, longe da confusão dos centros urbanos e ‘em contato com a natureza’.

O caráter contraditório desse movimento é evidenciado quando constatamos que o equipamento instalado para receber os moradores de origem urbana, passa a ocupar o espaço mais apropriado para o desenvolvimento da agricultura e das outras atividades do campo. Essa preocupação foi demonstrada durante reuniões do Conselho da Cidade, em que foi discutido o Plano de Zoneamento do município, proposto pelo Plano Diretor Municipal, no qual aparecem extensas áreas rurais – atualmente destinadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas -

enquadradas dentro de Macrozonas Urbanas, no intuito de favorecer o parcelamento de terras e a expansão imobiliária para essas regiões.

Até meados da década de 1990, a localidade era servida por apenas três horários de ônibus, a estrada de acesso às comunidades era de terra, não havia internet e poucas pessoas dispunham de telefone no local. No final da década de 1990, foram disponibilizadas para o local mais duas linhas diárias de ônibus, no horários das 10:15 e das 16:45, diversas linhas telefônicas foram instaladas e o número de pessoas se multiplicou na localidade. No ano de 2003, a partir de uma reivindicação dos próprios moradores, feita via Associação de Moradores, a estrada Isaias Vidal, que dá acesso às comunidades de Canoas e Prata dos Aredes, foi asfaltada, ficando apenas a localidade da Varginha servida por um trecho de estrada de terra. O asfaltamento da estrada veio acompanhado da instalação de um mercado próximo ao ponto final de Prata dos Aredes, que passou a atender a localidade com produtos de primeira necessidade.

Todas essas mudanças provocaram transformações irreversíveis no modo de vida local, impulsionando ainda mais a localidade rumo a um processo acelerado de urbanização. Apesar das melhorias trazidas, as opiniões dos moradores se dividem quanto aos aspectos positivos e negativos de tais transformações.

Do urbano ao rural: a busca por reinventar a relação da sociedade com/na natureza

A Região Serrana do Rio de Janeiro vem atraindo nas últimas décadas um número crescente de pessoas da capital fluminense que, numa espécie de fuga da vida caótica da metrópole, buscam se estabelecer em altitudes mais elevadas, gozando de um clima mais ameno e contando com a possibilidade de cultivar um estilo de vida mais “próximo à natureza”, longe da degradação ambiental, tão evidente na região metropolitana.

Para esses emigrantes, a vida na cidade é colocada em cheque, tornando-se inviável, tanto do ponto de vista social e econômico, quanto do ponto de vista ambiental. A qualidade de vida nos grandes centros urbanos é questionada de forma definitiva. Em muitos dos casos estudados, a mudança de vida da metrópole para a zona rural simbolizou inicialmente o desejo de ruptura com todo um

modelo de sociedade baseado em relações individualistas, exploradoras e degradantes da cultura e do ambiente.

Observa-se na fala dos forasteiros uma busca original por se libertarem dos vínculos que os aprisionavam à realidade metropolitana e por se reencontrarem numa vida mais próxima da natureza e dos costumes rurais, longe da confusão dos centros urbanos.

Observamos nos depoimentos dos moradores de origem urbana entrevistados, como é forte a imagem do rural, associada a um ideal de vida alternativa, onde seja possível inclusive realizar o sonho de “viver da terra”. Constata-se que muitas vezes essa mudança é feita de forma impulsiva e radical, com as pessoas abandonando seus postos de trabalho na cidade, estando dispostas a recomeçar suas vidas, desenvolvendo atividades completamente diferentes daquelas desempenhadas anteriormente.

É nesse contexto que comerciantes tornaram-se artesãos, administradores tornaram-se agricultores, cinegrafistas tornaram-se donos de pousada, economistas tornaram-se mobilizadores comunitários. E nesse movimento de transformação das suas relações com o trabalho, com o mundo e com as pessoas, esses forasteiros foram remodelando também a realidade local e, quase sem perceber, foram imprimindo um novo ritmo de vida, mudando os rumos do desenvolvimento da localidade, trazendo para o lugar muitas daquelas coisas que outrora quiseram deixar para trás na cidade grande. Esse tipo de análise é trazida por Leony (in RODRIGUES, 1997) quando o autor discute as origens do turismo ecológico, surgido em contraposição ao turismo de massa:

Esta nova postura em relação ao turismo surgiu, efetivamente, quando músicos, escultores, pintores e outros profissionais liberais, isolados ou em pequenos grupos, se dispuseram a conhecer novos e primitivos lugares, fazendo destes locais constantemente visitados, espécies de ponto de encontro. Essas pessoas, encantadas, tinham uma maneira especial de lidar com o lugar integrada à natureza, respeitando-a e preservando-a. Aos poucos a sociedade tradicional percebendo o movimento delas passam a frequentar o local, que depois é descoberto pela mídia, atraindo um fluxo incontrolável de turistas (p.120).

A chegada da fazenda Vrajabhumi na localidade, em meados da década de 1970, marcou uma época em que um número cada vez maior de pessoas de fora passou a morar no local. A propriedade ganhou esse nome no ano de 1976,

quando o fundador do projeto foi em Nova York para um retiro espiritual e encontrou com o Guru indiano Srila Bhaktivedanta Swami Prabhupada, fundador da Iskcon (Sociedade Internacional para a Consciência de Krishna) que lhe deu iniciação espiritual e batizou o local com o nome de Vrajabhumi. A partir de então, o proprietário doou à Iskcon parte das suas terras para a construção de um Ashram (local destinado ao cultivo da vida espiritual e à prática de atividades devocionais) e em outra parte ele construiu um hotel, onde passou a receber turistas de várias partes do Brasil. O movimento da Consciência de Krishna, associado ao projeto do hotel, passou a atrair para a localidade uma série de pessoas do movimento alternativo, entre músicos, artistas e artesãos que se instalaram principalmente em Prata dos Aredes, buscando uma mudança no estilo de vida levado na cidade.

Foi a partir do começo da década de 1990 que esse movimento se intensificou e a localidade passou por um vertiginoso crescimento demográfico. A comunidade de Prata dos Aredes ficou conhecida por abrigar uma espécie de comunidade alternativa, onde era possível encontrar pessoas com um pensamento diferente, de vanguarda, voltado para novos valores ecológicos, comunitários e espiritualistas. Isso foi um fator determinante para muitas pessoas que optassem por adquirir terras na localidade.

Diversos outros movimentos, não necessariamente sofrendo a influência de Vrajabhumi, também começaram a surgir na localidade, fazendo convergir uma série de experiências levadas a cabo pelos forasteiros, que, de uma forma ou de outra, pretendiam promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural local. As transformações socioespaciais e socioculturais observadas na localidade vão tornando-se cada vez mais complexas: grupos distintos de moradores de origem urbana chegam ao local, apresentando notada diversidade sociocultural, com diferentes origens, interesses e projetos de vida.

A formação da Associação de Moradores de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha – Amacapav aconteceu no ano de 1998, a partir da articulação de moradores de origem urbana e proprietários de terras das três comunidades que se mobilizaram em torno, principalmente, das questões ambientais que afetavam a localidade:

“A associação foi fundada para melhorar as condições entre outras ambientais, mas também sociais e econômicos dessa região. E tudo isso no sentido de sustentabilidade. Não foi o caso dessas pessoas de querer organizar loteamentos aqui, fábricas, indústrias, puxar indústrias para cá, foi para preservar o que tem. E conseguiram preservar bastante.” (diretor de meio ambiente da Amacapav).

Desde o período de sua fundação, a Amacapav vem promovendo diversos eventos voltados para a educação ambiental na localidade, destacando-se os mutirões de limpeza dos rios e festas temáticas, durante as quais busca-se trabalhar os temas ambientais emergentes: poluição dos rios, manejo do lixo, desmatamento, eventos que ocorrem no âmbito do PETP, etc. Também foram organizados abaixo-assinados em prol das demandas feitas pela comunidade, relacionadas principalmente às melhorias nas condições de transporte, saúde, educação e lazer. Em parceria com os órgãos ambientais foram realizadas capacitações de brigadistas anti-incêndio. Além disso a Amacapav possui cadeira no Conselho Consultivo do PETP e em diversos outros conselhos municipais, como o Conselho da Cidade e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), onde busca-se defender os interesses da localidade, no âmbito da tomada de decisões em cada uma dessas instâncias de participação popular. Junto ao Conselho do PETP a Amacapav vem protagonizando um projeto de uso e ocupação de solo no entorno do parque, visando conter o processo de urbanização e a especulação imobiliária na região.

A partir do ano de 1991, foi iniciado na comunidade de Canoas, o trabalho do Espaço Compartilharte (consolidado enquanto instituição no ano de 1996), formado a partir de um grupo de amigos ligados à militância em movimentos sociais e ambientalistas que se uniram em torno de ações voluntárias junto à comunidade, buscando, através de atividades lúdicas e pedagógicas (música, teatro, literatura, artes plásticas), desenvolver um trabalho voltado para a educação de crianças e jovens. Durante anos foi desenvolvido, em parcerias com as escolas da região, um trabalho voltado para a educação complementar, associado ao resgate de tradições culturais como o boi-bumbá, contação de histórias, jogos e brincadeiras, etc.

Conflitos e diferenças socioculturais

Tendo em vista a diversidade sociocultural que se instala na localidade, é natural que diferentes leituras do mundo sejam realizadas a partir de histórias de vida diferentes, estando os moradores observando a realidade local sob diferentes perspectivas e utilizando linguagens também diferentes para expressar a percepção da realidade. Essas linguagens diferentes se chocam o tempo todo na realidade local, fazendo com que muitas vezes, aquilo que para uns é visto como necessidade urgente, para outros seja visto como algo prescindível. É importante considerar, que de uma forma geral, os moradores de origem urbana possuem um nível de escolaridade maior e também um maior poder aquisitivo que os moradores de origem rural, pertencendo a classes sociais diferentes. Esses são fatores críticos quando queremos entender a origem dos conflitos e desentendimentos observados na localidade.

Em alguns depoimentos observamos o estranhamento dos moradores de origem urbana quando foram morar na localidade, ficando explícita essas diferenças socioculturais:

“É...eu num sei cara...eu me achava muito estranho, as pessoas me achavam estranhas, eu achava elas estranhas, e elas...me achavam meio diferente por eu estar vindo da cidade, indo morar lá, outra cultura e tal, e eu também nunca fui muito social, isso num ajudava muito...e eu já tinha os meus amigos na cidade já conhecia bastante gente, o pessoal tinha crescido junto comigo e eu fui levado pra lá, tive que largar antigas amizades, pra estar conhecendo novas amizades, novas pessoas e numa realidade que era completamente diferente da minha que eu estava acostumado.” (jovem morador de Prata dos Aredes)

Por virem de uma realidade diferente, em busca de soluções para as crises observadas na sociedade urbano-industrial, são os moradores de origem urbana os protagonistas dos movimentos ambientalistas que se estabelecem na localidade. São eles também que passam a abrir caminhos para as formas de organização coletiva e participação política das comunidades estudadas, aumentando sua representação perante o Poder Público Municipal.

É inegável que a influência de muitos desses movimentos, originados da iniciativa dos moradores forasteiros, venha contribuindo de várias maneiras para a

preservação ambiental e, em alguns aspectos, para a melhoria da qualidade de vida na localidade. Contudo, a partir do que foi observado nessa pesquisa, ressaltamos que há uma tendência crescente à segmentação entre os moradores de origem urbana e de origem rural, que se divergem quanto ao que deve ser visto como sendo as reais necessidades da comunidade. Isso reflete-se na desconfiança e na falta de participação dos moradores de origem rural em relação aos projetos desenvolvidos no âmbito de instituições como o Espaço Compartilharte, a Amacapav e o próprio PETP.

Entre os moradores de origem rural é comum a crítica às atividades da Amacapav e o questionamento da sua representatividade perante a comunidade. Para muitos, a associação está ali para defender os interesses de um determinado grupo de pessoas e não da comunidade como um todo:

“Quando a gente fala de associação, de um grupo exercendo o poder, a gente tem na verdade dois lados da moeda: tem um grupo na associação que pode ter uma visão de ajudar o lugar em termos de buscar a necessidade da região, do lugar, dentro do perfil dela, da característica dela, dentro do que ela precisa, dentro das principais necessidades dela, como também a gente pode ter um grupo de pessoas, como vou dizer, simplesmente exercendo aquela função, mas dando a mínima, dependendo das pessoas que estão, simplesmente estão ali pra defender alguns grupos. [...] Então quer dizer, se houver realmente uma participação focando na verdade as características do lugar, do seu perfil, o que ela precisa, eu acredito que essa associação na verdade vai exercer um papel importante.”
(jovem morador de Prata dos Aredes)

Observa-se que a maior preocupação dos moradores de origem rural, principalmente dos jovens, refere-se à falta de opções de trabalho na localidade, associada à precariedade do serviço de transporte, que é o que tem levado muita a gente a buscar condições melhores de vida na cidade. Por outro lado, a Amacapav, representada em sua grande maioria pelos moradores de origem urbana, foca a sua preocupação na proteção e conservação do meio ambiente. Isso, na prática, torna-se o principal fator responsável pelo distanciamento dos moradores de origem rural da associação que, aliada aos órgãos ambientais, exerce muitas vezes o papel de fiscal do meio ambiente, denunciando desmatamentos e construções irregulares, ou qualquer outro tipo de crime ambiental observado na localidade. O

próprio diretor de meio ambiente da Amacapav reconhece o impacto desse tipo de ação na comunidade:

“[...] nem todo mundo concorda com a nossa política, nem todo mundo concorda que a gente tem contato com o Parque e com a secretaria de meio ambiente [...] Fiscalização é sempre inimigo, se você bota limite para alguém que tá invadindo o terreno, todo mundo sabe que tá invadindo, ele não vai ser seu amigo, se alguém começa a cortar uma mata porque está construindo uma casa e comprou um lote plantado com árvores e você chama a fiscalização, ele não vai ser mais seu amigo.”

As restrições impostas pelos órgãos ambientais à área da construção civil tem sido as principais responsáveis por criar uma imagem negativa do parque entre os moradores de origem rural, que cada vez mais associam a presença do PETP a obstáculos e impedimentos criados no caminho daqueles que buscam reproduzir sua vida na localidade:

“[...] então o parque ficou aqui de uma certa forma como um peso morto. Lembra-se do parque aqui quando vai fazer a sua casa e o Ibama e a Defesa Civil vem em cima de você e quer embargar o seu trabalho, você é denunciado por alguém que está fazendo casa dentro dos limites do parque, ou bem próximo dos limites do parque, ou seja uma vida inteira você passou trabalhando pra construir a sua casinha, pra criar os seus filhos e essa oportunidade vem querendo ser tirada de você por questão do parque, porque ele está ali. Então eu acho que essa é a visão que as pessoas têm do parque, eu acho que a maioria aqui dentro, Canoas, Prata e Varginha, você vai construir a sua casa o Ibama quer embargar a sua casa, a Defesa Civil não quer deixar você construir a sua casa, porque tem um parque em volta e você está dentro da área do parque ou próximo da área do parque, essa é uma das visões do Parque.” (jovem morador de Canoas)

No entorno do PETP observa-se que as penas previstas em lei para os crimes ambientais, são ainda os instrumentos mais utilizados para coibir atividades como caça e captura de pássaros, desmatamento, queimadas, extração de madeira e construções irregulares. É recorrente na fala dos moradores que esse tipo de atividade diminuiu na localidade muitos mais pelo medo de multas e apreensões, do por uma tomada de consciência das pessoas em relação à importância de se manter os ecossistemas preservados:

“O pessoal tem medo de desmatar por causa da questão do parque. Mas o parque não tem uma vida ativa aqui dentro.” (jovem morador de Prata dos Aredes)

“[...] outro dia, por exemplo, teve um cara que comprou um terreno aqui, um lote pra fazer uma casa. Aí eu perguntei pra umas pessoas porque eles estavam trabalhando de noite. ‘Ah porque eles estão derrubando umas árvores aí e o Ibama não pode ver’. Aí estavam fazendo de noite o serviço, pro Ibama não ver. Eles tem um medo, mas é aquela coisa do brasileiro que arranja sempre um jeitinho de burlar.” (moradora de Varginha)

“Inibe né. Os predadores, em função dos palmitos, diminuiu um pouco, teve uma época que diminuiu, mas sempre arranja um jeito pra desmatar né? Que antes era no machado, aí o pessoal: ‘ah liga para o Ibama’, daí o Ibama já vinha, mas já foram embora, porque até o Ibama chegar né? Aí depois eles passaram no serrote. Quando o Ibama passava já estava tudo derrubado. Por outro lado, em matéria de caça melhorou muito, porque o pessoal caçava muito, pegava muito passarinho, por esse lado já melhorou muito, você pode ver que o jacu, que é uma ave que já estava em extinção aqui, hoje não o jacu vem aqui, a saracura vem aqui no quintal comer com as galinhas.” (morador de Prata dos Aredes)

Observa-se nesses depoimentos que, apesar das ações coercitivas, os próprios moradores reconhecem os impactos positivos da presença do parque na localidade, no que se refere à diminuição dos desmatamentos e da caça, e à presença de diversas espécies de aves, mamíferos e plantas, que antes não eram vistas com tanta facilidade na região. Ainda assim, constata-se o papel fundamental que um trabalho pedagógico, na linha da educação ambiental transformadora, pode exercer no sentido de colocar a questão da conservação como algo positivo na localidade, e não apenas como sinônimo de restrições e impedimentos às atividades ligadas à reprodução da vida no espaço rural.

Portanto, está se propondo uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. *Crítica*, na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. *Transformadora*, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade de a humanidade construir outro futuro a partir da construção de outro presente e, assim, instituir novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também *emancipatória*, por tomar como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, a superação das assimetrias e, conseqüentemente, a democratização da sociedade (QUINTAS in LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO (orgs.), 2009, p.64).

Considerações Finais

Considerando a complexidade sociocultural que se forma na localidade a partir da chegada dos moradores de origem urbana, bem como todos os conflitos e contradições envolvidos nesse processo, mais do que nunca torna-se fundamental nos atentarmos para o caráter dialógico do processo educativo, se queremos pensar em um programa de educação ambiental local que de fato contribua para a construção coletiva de uma nova forma do homem pensar a sua relação com o mundo, com o ambiente e com a natureza.

Observamos que à medida em que as instituições atuantes na localidade - juntamente com os órgãos ambientais - tentam impor aos moradores de origem rural as suas ideologias e pontos de vista acerca do que seja melhor para o local e do que seja a proteção do meio ambiente, a desconfiança e o descrédito em relação a essas instituições, juntamente com o desprezo pela questão ambiental, tendem a crescer vertiginosamente. Por outro lado, à medida que se estimula o diálogo, buscando compreender os interesses e as necessidades dos moradores locais, a cumplicidade tende a aumentar, juntamente com o interesse pelas questões que envolvem o PETP e a conservação dos ecossistemas.

Devemos ter em vista que ao pensarmos em desenvolver um trabalho de educação ambiental na localidade, não podemos estar preocupados apenas com a preservação dos ecossistemas naturais, mas também com a valorização da cultura local e com a articulação de atividades produtivas que viabilizem a permanência dos moradores de origem rural no local. Do contrário assistiremos ao êxodo cada vez maior desses moradores, acompanhado de uma valorização imobiliária acentuada, onde serão priorizados os altos investimentos trazidos por empreendedores de origem urbana, que desenvolverão suas atividades “sustentáveis”, enquanto as atividades tradicionalmente desenvolvidas na localidade tenderão a desaparecer por completo.

Para os gestores de unidades de conservação do porte do PETP, o desafio que se coloca no nível local é lidar com o tempo próprio de cada comunidade, estimulando a reflexão e o diálogo entre atores de diferentes contextos socioculturais. Valorizar o saber local e fazer com que as comunidades locais, por meio do seu pensar, adotem uma postura crítica e responsável diante do ambiente,

exige um tempo de maturação quase sempre maior do que o esperado pelos órgãos ambientais. Vemos, porém, que é o caminho a ser trilhado para a construção de uma relação de parceria com as comunidades do entorno, favorecendo a gestão participativa da unidade de conservação.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, V. S. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Wak, 2002.

DIEGUES, C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec, 2002.

FERREIRA, H.C.H. **Territórios sociais e reterritorialização no Aventureiro**: disputas pelo significado e direitos de uso do espaço. In: SECRETO, M.V.; CARNEIRO, M.J.; BRUNO, R. **O campo em debate: terras, homens e lutas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica-RJ: EDUR, 2008.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA. **Plano de Manejo do Parque Estadual dos Três Picos**: resumo executivo. Diretoria de Áreas Protegidas – DIPAB, Rio de Janeiro, 2009.

LEONY, Ângela. **Circuito do diamante**: uma abordagem do ecoturismo na Bahia. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOSCOVICI, S. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

QUINTAS, J.S. **Educação no processo de gestão ambiental pública**: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.(Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

TOZONI-REIS, M. F.C. (Org.). **A Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental**: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume; Fapesp; Botucatu; Fundibio, 2007.